BOLETIM INFORMATIVO Nº 7 - 16 DE JULHO DE 1958

Editorial e texto da conferência do prof. Lourenço filho, incluindo proposta de criação da associação brasileira de educação de adultos, aprovada por aclamação. Relatórios e outros trabalhos aprovados na 4ª e na 5ª sessões plenárias e notícia sobre o encerramento solene do congresso.

Não, não estais sós!

O Professor Lourenço Filho, um dos mais eminentes educadores do Brasil, pela voz do Professor Armando Hildebrand, compareceu ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos durante o expediente da 4ª Sessão Plenária.

A conferência escrita pelo Professor Lourenço Filho foi recebida com entusiasmo pelos Congressistas, sendo unânime a impressão de que um imenso acervo de sábias experiências haviam sido transmitidas aos educadores do Brasil.

É pensamento da Comissão Organizadora não somente dar à palestra do Professor Lourenço Filho o lugar de destaque que se impõe nos Anais do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, como, publicá-la em fascículos para conhecimento geral.

No presente registo que fazemos no último dia do grande conclave dos educadores brasileiros, desejamos ressaltar a proposta de alcance inestimável feita pelo venerado educador, que foi aprovada por aclamação entusiástica do Plenário: a da criação da Associação Brasileira de Educação de Adultos, por iniciativa deste Congresso.

O Mestre Lourenço Filho justificou sua proposta com palavras que convém fixar: - "Tal Associação seria como a prolongação deste Congresso, ou a vibração permanente de seus ideais, na pregação e nos estudos técnicos da questão. Seria, depois, a difusão desses mesmos ideais por todo o País. Um dos resultados da Associação poderia ser também a de reuniões regionais, mais amiudadas".

O Professor Heli Menegale, presidente do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, ao ser aclamada a proposta da criação da Associação Brasileira de Educação de Adultos, levou o plenário a eleger o seu primeiro Presidente: o Mestre Lourenço Filho.

A Associação está criada, já é uma realidade. Inclusive porque, de fato, "os educadores de adultos acreditam, por definição, no valor associativo, na força do exemplo, no poder da organização voluntária para a melhoria do homem, pois que a associação já significa um poderoso instrumento educativo".

Conferência do professor Lourenço Filho

Muito me honra o convite que me faz a Comissão Organizadora deste Congresso, para que debata convosco problemas gerais da educação de adultos. Muito pouco ou nada terei, por certo, a dizer de novo sobre tais problemas - a vós, que, com elevação de espírito, aqui os examinais, em seus fundamentos e realizações práticas. Não obstante, devo agradecer-vos esta oportunidade de volver a velhas cogitações de meu espírito e às preocupações dos últimos anos em que exerci funções de administração escolar. Como não desconheceis, foi nesse tempo organizada uma campanha de ensino supletivo, que ainda

perdura, e a qual, de caso pensado, se deu o título de Campanha de Educação de Adultos. Depois, penso que devo conferir convosco ideias e impressões, num debate franco e cordial, sobre **erros e acertos**, projetos e aspirações, desse já alongado trabalho do Ministério da Educação, de serviços estaduais e entidades privadas, que à matéria se têm devotado.

Tenho assim a impressão de que não inicio convosco uma conversa; mas, a de que á estou reatando. A cada passo, terei mesmo que conter-me para que não dirija ao ilustre auditório expressões como estas: "Como já vos afirmei" ou "Como dantes já vos dizia"... Desculpai-me se assim for levado a fazer, uma que outra vez, pois na idade provecta, o espírito se compraz em voltar ao passado, numa tentativa de explicar e de explicar-se. Ademais, não posso deixar de reconhecer entre presentes, fisionomia familiares de companheiros daquela jornada que, na luta de educar adultos, já agora podem ser considerados como os da "velha guarda".

Eu disse "educar adultos". Há nesse objeto, no entanto, mais do que verbalmente aparece expresso. Quando educamos adultos, fazemos mais que isso. Um dos lemas da campanha o Ministério, que talvez aqui tenhais recordado, era este: "É ainda por amor das crianças que devemos educar os adultos". Essa forma de dizer talvez fosse nova nas palavras; mas a ideia, essa, era antiquada. Com outros termos, há mais de vinte séculos, Platão dissera o mesmo, ao afirmar que "a educação dos jovens pressupõe a educação da cidade", isto é, a de todo o povo.

Na forma de processo social, a educação se dá como uma comunicação de ideias, técnicas, conhecimentos e aspirações, de parte das gerações maduras para as menos amadurecidas. Em consequência, não se educam crianças senão nos modos e na medida em que os mais velhos tenham sido educados. Tal conclusão não pode ser discutida; representa uma dessas verdades sólidas e simples, sobre as quais havemos de partir, para mais acuradas reflexões.

A primeira delas será comparativa a do confronto entre condições das sociedades simples e calmas do passado, e as das sociedades de hoje. Outrora, a vida coletiva só muito lentamente mudava; em consequência, a educação poderia contentar-se em reproduzir o tipo social preexistente. Bastavam os costumes e as tradições, as velhas formas e fórmulas de conviver, de cogitar e de produzir. Isso justificava uma pedagogia autoritária, no lar, na escola, nos centros de trabalho; e justificava também que a educação em centros formais, como as escolas, apenas se destinasse a grupos privilegiados, segundo a estrutura social vigente, tida como indiscutível.

Bem sabemos que hoje já não é assim. A primeira revolução industrial, a dos fins do século XVIII, começou por mudar a vida social nos mais velhos países da Europa; a segunda, consistente em aplicar a grande tecnologia, não só aos meios de produção, mas aos transportes e à circulação das ideias, estendeu a mudança a todo o mundo, levando todos os povos a uma precipitada transformação.

Aqui, como em toda parte, agora vivemos sem calma nem tranquilidade; e, a, tal ponto, que as velhas gera-os estão perplexas no que devam fazer para educar os filhos. Vivemos numa época de transição, e transição, em grego, se dizia crise. Atravessamos, portanto, uma época crítica, em que velhos hábitos e técnicas têm de alterar-se, ou de ceder o passo a diferentes padrões de conduta. Não se faz necessário descrever essa rápida mudança por todos os seus aspectos, nem isso seria aqui possível. Valerá, a pena, porém,

destacar três deles, dos mais diretamente relacionados com os problemas centrais deste Congresso.

O primeiro é o da **transformação dos métodos, formas e objetivos do trabalho. A produção é hoje muito mais diversificada que dantes**, e amanhã o será ainda mais que hoje. O trabalho assim reclama uma preparação diversa daquela contida nos velhos costumes, e, inevitavelmente também, uma preparação que facilite a velhos e moços uma readaptação a esses novos moldes de produzir. Lançai a vista pelo movimento escolar do mundo, e vereis como os sistemas de educação se têm expandido e ainda se expandem; e como a escolaridade obrigatória tende a alongar-se, alcançando já agora, não em um, mas em muitos países, a idade de 15,16 e até 18 anos, até tocar a vida adulta.

Notai depois que esse movimento é mais acentuado, sempre, nos países em que a produção mais se transforma.

A difusão da educação pública acompanha por toda a parte a industrialização. Mostram os fatos que em face dessas novas necessidades o estado é chamado a ter maior ingerência na formação das novas gerações, precisamente porque a educação familiar, ou a dos simples costumes, não se mostra suficiente. Primeiramente, sentiu-se que seria preciso estender aquela educação formal, dantes só ministrada às classes privilegiadas, a todo o povo. A princípio, a leitura, a escrita e os rudimentos do cálculo; depois, alguma coisa se deveria acrescentar quanto às ciências e às artes; recentemente, também quanto ao trabalho, nas variadas formas e ramos do ensino médio.

Eis agora o segundo aspecto: nessas novas circunstâncias, a antiga estrutura social devia romper-se simplesmente porque a tal movimento outro se seguia, como decorrência o da mobilidade social no sentido vertical, ou a de uma rápida passagem de indivíduos e grupos de uns degraus da escala econômica-social para outras. Mudança social significa especialmente isso: uma ruptura dos quadros de estratificação das classes, por variação súbita da intensidade do processo de mobilidade, ascendente e descendente.

Em nosso país, estamos assistindo a uma violenta mudança desse gênero. Ainda em recente estudo, o eminente Professor Robert Havighurst, do Centro de Pesquisas Educacionais, arrola alguns dados comparativos que merecem a maior atenção. Ele aí compara as profissões da presente população adulta, indicando as que se mantiveram estáveis, as que se moveram para cima, ou para baixo, nos últimos tempos; e documenta (embora algumas amostras de que lançou não sejam de todo perfeitas, como ele próprio observa) que menos de metade de nossa gente, nas idades de 30 e mais anos, mantêm-se estáveis na sua classe. A mobilidade <u>ascendente</u> é agora, no Brasil, consideravelmente maior que a que se observa nos Estados Unidos. Lá, é de 33%; aqui, de 40%. Como seria de esperar, nossa mobilidade descendente é menor; aqui, 12%; naquele país,17%.

Esse aspecto da dinâmica social traz como consequência um terceiro. É o da variação precipitada dos quadros políticos, daqueles que detêm o controle social, com a participação forçada nos negócios públicos, e na vida cívica em geral, de um número cada vez crescente de pessoas estejam elas ou não devidamente preparadas para isso. Maior número a decidir das questões de interesse comum significará sempre, em tese, maior justiça social, e, portanto, maior progresso moral. Mas isso, em tese. Na prática, e sobretudo nos momentos de crise (quer dizer de transição rápida) assim não o será sempre, dado que as decisões, em muitos campos de interesses comuns, podem exigir soluções

técnicas, muito delicadas, em que o número, por si só, não garante a excelência da decisão. Pelo contrário.

O processo de decidir em grandes grupos é sempre influenciado por fatores emocionais, perturbadores do pensamento calmo e refletido. Nem por outra razão, já há quase quarenta anos, Ortega y Gasset, num livro que ainda hoje se pode ler com proveito, fala-nos de uma "rebelião das massas", tomando a essa expressão um sentido pejorativo, porque é por esses caracteres emocionais que define o que chamou o "homem da massa". Numa imagem simples, ele o retrata, dizendo que esse homem é o que, em face da escassez de pão, invade as padarias, para destruir-lhes as máquinas. Não há muito, e repetidamente, em face de dificuldades de transporte, temos visto aqui, na Capital da República, o ataque popular aos veículos para danificá-los...

Não abordemos porém, os casos particulares. Tudo quanto vos relembrei, terá servido apenas para evidenciar que o problema da educação de adultos, terá servido apenas para evidenciar que o problema da educação de adultos não é, como ainda pensam alguns, uma invenção de pedagogos desocupados. Ela corresponde a uma grave e séria questão de nossa época, pelo que pede em recursos, e pelo que exige de reinterpretação dos quadros e valores da cultura contemporânea.

De forma esquemática, essa reinterpretação tem produzido duas filosofias sociais, antagônicas. Uma delas é a do pensamento totalitário; a outra, a do pensamento democrático.

Nos regimes fascista ou nazista, e outros assemelhados, procura-se in -fluir nos jovens e adultos por processos maciços de propaganda. O seu ponto de partida teórico é o de que, nos momentos de crise, deve caber a decisão a um grupo minoritário, que se julgue mais capacitado para debelar essa crise, cabendo-lhe o direito de impor ideias pela persuasão quando possível, ou pela força se necessário. São conhecidas as consequências desse modo de ver em relação à educação, para que tenhamos de reprisá-las.

O outro pensamento parte da ideia de que será útil, e possível estender a todos, inclusive aos adultos, as oportunidades que os leve a pensar e a entender a mudança social com a readaptação de suas velhas ideias aos novos problemas. É evidente que a filosofia educacional aqui deve ser inteiramente diversa, no que diga respeito a cada indivíduo. No primeiro caso, são os homens considerados como instrumentos para os fins entrevistos como necessários. No segundo, são os homens ou ainda mais claramente, cada homem de per si, considerados como um fim em si mesmos, razão porque será necessário respeitar-lhes a personalidade.

Os conceitos de estrutura social, mudança social e processo educacional são assim inseparáveis uns dos outros. E o fato mais característico do pensamento pedagógico de nossa época é precisamente o de que a educação, em face da mudança social, obriga a uma nova atitude em relação à educação dos adultos.

Notai que houve cuidado em lembrar-vos que a apresentação do assunto era feita apenas de maneira esquemática. Foi indicada uma tese e a sua antítese, maneira essa de pensar nem sempre retrata a realidade. Entre uma e outra, há gamas ou nuanças, cujo estudo nos desviaria do tema principal. Lembre-se, no entanto, que o próprio nome democracia tem muitas conotações; a ele, frequentemente adere um adjetivo: democracia liberal, social, econômica, igualitária, militante, ou o que mais seja. Entre umas e outras das concepções vertidas por esses títulos, há sempre maior ou menor porção de dois

ingredientes substanciais: supremacia do indivíduo e livre concorrência, e supremacia do grupo, admitindo esta, diferentes coloridos, que podem partir de um socialismo de estado mitigado, até às formas extremas do regime totalitário.

Não obstante, o que a observação histórica nos mostra é que, nos países de maior tradição democrática, a preexcelência da ideia de uma livre formação individual, ou de uma formação tão livre como possível, tem prevalecido. Nesses países, antes que em outros, desenvolveram-se as realizações da educação popular; primeiramente em escolas para a infância; depois, em instituições para a juventude; e enfim, a de mais ampla e generalizadas oportunidades para a educação de adultos é um recurso, ou uma técnica de vida social, que se gerou, e que tem progredido, nos países de verdadeira vida democrática.

Ainda aqui, será preciso distinguir. Países há, de instituições políticas classificadas como democráticas (voto, expressão representativa de governo, temporariedade das funções públicas, com satisfatória preparação do povo para que ele exerça seus direitos e obrigações, e, assim, para que exista um estilo dê vida realmente democrático. E países há, em que uma forma chamada democrática é instituída, isto é, produzida por um grupo guiado por elevados ideais, sem que, no entanto, um sistema orgânico, ou autônomo, tenha sido alcançado.

Queiramos, ou não, voltamos ao ponto de partida, como numa petição de princípio; **para que exista democracia é preciso um povo educado**; e para que se eduque o povo, será necessário que vigorem instituições democráticas, as quais, para legítima expressão, têm de apoiar-se numa população devidamente preparada para isso.

Como solver esse dilema?...

Não será ele solvido por meras considerações teóricas ou aspirações de natureza romântica. A educação do povo ou se exerce, como se exercia nos grupos estáveis e de lenta mudança no passado, pela transmissão de ideias e sentimentos das gerações mais velhas às mais novas, sem maior sentido de previsão, ou será preciso que órgãos detentores do controle social, como os do estado, da igreja, do trabalho, assumam um papel de maior compreensão em face dos graves problemas do futuro. Entre todas, porém, as instituições do estado têm maior ascendência nesse processo. E, então, caímos em outro dilema. A difusão da educação pelo estado custa dinheiro; mas o dinheiro do estado não é senão o dinheiro arrecadado ao povo. Logo, a ação educativa do estado estará sempre na dependência da capacidade produtiva do próprio povo, ou dos recursos e da capacidade, que ele tenha, para criar a riqueza. Não há que fugir daí.

Como regra geral, os países de maior nível de educação são os que mais produzem "per capita". A educação é um processo longo e extenso, dá-se no tempo e no espaço, exige continuidade e organização, responde às exigências de série e sistema. Funda-se na capacidade de criar a riqueza de maneira estável e contínua.

No, período de 1952 a 1954, segundo o relatório estatístico das Nações Unidas, os Estados Unidos da América do Norte teve uma renda média, anual, por habitante, de 1870 dólares; nós, no Brasil, nos contentamos com a de 250 dólares, ou seja, a de apenas um oitavo daquelas. No mesmo período, a Austrália produziu 950 dólares por habitante, e a Inglaterra, 850. Isso não explicará tudo, mas explica muita coisa. De fato, naquela mesma época, os Estados Unidos mantinham 31% da população entre 18 e 21 anos em suas universidades; nós apenas 1,5%. À escola secundária, levavam os norte-americanos 81% de sua população entre 14 e 17 anos; nós, 12%. Na escola primária, a quota americana era de

98%; a nossa, de 62%. Faça-se o mesmo cotejo entre os vários Estados do Brasil, e ter-se-á resultado similar.

Sim, isso explica alguma coisa. E tanto o explica que, ao encarar o problema da educação do mundo, como também o de outras expressões de normalidade na vida social, os especialistas dividem os povos, em dois grupos: os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Os índices econômicos, nuns e noutros, apresentam alta correlação com os índices educacionais, e, em consequência, com os da própria estrutura social, ou os da distribuição da população pelas várias classes econômico-sociais.

A análise das razões fundamentais da distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é complexa. Há a considerar fatores demográfico, de posição geográfica e proximidade de grandes mercados consumidores, do transporte, de natalidade diferencial. No entanto, entre todos, uma realidade toma feição dominante. É o da distribuição da mão de obra, ou da capacidade dos homens em produzir bens, poupá-los e reaplicá-los em empreendimentos produtivos.

Numa distinção que, a propósito, fazem os economistas, aí encontramos base para a consideração de importantes problemas relacionados com a educação. É a da distinção dos tipos de atividades primárias, secundárias e de serviços intermediários - ou sejam: o trabalho agrícola, de mineração e indústrias extrativas; os de manufatura e produção industrial, em geral; e os de comércio, transporte e administração, nestes incluídos os serviços públicos, de natureza não industrial.

Quando as atividades primárias se exercem na forma primitiva, empregam uma quota muito elevada de pessoas, as quais, ou só produzem para si, numa rudimentar agricultura de subsistência, ou produzem um insignificante excedente. Atentai para estes dados: enquanto, nos Estados Unidos, há apenas 14% de pessoas no campo, ocupadas em produzir alimentos, aqui no Brasil, embora tenhamos melhorado nos últimos vinte anos, ainda possuímos 66%. Isto quer dizer que, no primeiro caso, um homem do campo produz para a alimentação de seis homens da cidade, ao passo que, no Brasil, temos ainda mais de um homem do campo para alimentar um homem das cidades.

O problema assim se aclara. Começamos a compreender que o trabalho, por si só, não basta, mas que o tipo e as técnicas de produção, têm a maior importância na detenção da riqueza; e, portanto, na estrutura da vida social; e, portanto, no exercício da vida democrática; e, portanto, na possibilidade de ampliar-se a educação. E quem produz, ou quem detém, a cada momento, a capacidade de produzir? Por condição biológica e, mesmo, definição legal, os maiores de dezoito anos, ou os adultos. Entre os 14 e essa última idade, admite-se o trabalho do menor, como aprendiz. Logo, uma ação direta, para efeitos menos demorados e no sentido da elevação capacidade de produzir, nos países subdesenvolvidos, teria de considerar, sem dúvida alguma, e com maior seriedade, a essas duas faixas de idade, a dos adolescentes e a dos adultos.

Isso não significa que, nos países subdesenvolvidos (e o Brasil neles infelizmente, está incluído) não se deva dar toda a atenção à educação das crianças. Esse é um aspecto inteiramente pacífico da questão, o problema (e aqui desculpai que vos diga, "como, tantas vezes tenho repetido") não está em que se trate disto <u>ou</u> daquilo. Não. O problema está em tratar disto e <u>também</u> daquilo, quer dizer, da educação das crianças e da educação de adolescentes e adultos. Daquelas porque, não estando na idade produtiva, maior tempo delas poderá ser consumido em sua preparação, e na exercitação e desenvolvimento de suas

capacidades e, destes, porque para dar educação àquelas, precisamos de riqueza, e a riqueza só se produz com homens capazes, que hajam recebido, ao menos, educação, fundamental, ou **educação de base**, que os torne capazes de se ajudarem a si mesmos, bem produzindo, ou produzindo mais que o necessário a sua subsistência.

Os dois aspectos tanto se solidarizam que, como não desconheceis, criou a UNESCO uma expressão comum, educação de base, para significar, nos países subdesenvolvidos, um esforço conjunto, tanto dirigido à infância, como a que alcance adolescentes e adultos, que não haja recebido educação nas idades próprias. Afinal de contas, **isto e também aquilo**.

Que essa necessidade tem sido premente nestes dez anos da campanha brasileira, e que ainda continuará a sê-lo, por dilatado tempo, diz a própria manutenção de seus serviços apesar de todos os tropeços e a opinião menos esclarecida de muitos. Uma sociedade, mesmo em países subdesenvolvidos, paga pelo que recebe. Pode pagar mais do que receba, por prazo limitado; não, porém, por mais de um decênio. Seria irrisório que vós, que estais com a tarefa nas mãos, eu vos dissesse que os serviços do ensino supletivo, por todo esse tempo, e por todos os recantos do país, tivessem decorrido com a mais perfeita normalidade e eficiência. Sabemos que não. Sabemos que, apesar de todos os cuidados do Ministério da Educação, dos serviços regionais e do empenho sincero de autoridades locais e de entidades abnegadas, como as da igreja nem tudo se terá passado de maneira perfeitamente cordante com os planos, ou propósito e os métodos desejáveis. Mas também assim se passa, infelizmente, com o ensino primário. Dado as crianças. Na grande média, os cursos supletivos têm sido úteis como instrumentos de educação de base, contribuindo para reajustar adolescentes e adultos que, de outra forma, ficariam ainda mais à margem das exigências atuais da vida social.

Ainda há poucos dias, a uma ilustre comissão deste Congresso, que me deu a honra de visitar, tive ocasião de mostrar como exemplo, entre outros, um relatório firmado pelo esclarecido professor Altenfelder Silva, da Escola de Sociologia e política, de S. Paulo, que se incumbiu da análise da situação educacional em comunidades do Vale do São Francisco. Depois de evidenciar as várias razões da ineficiência do ensino público estadual, em determinada localidade, ele não hesita em afirmar: "A única escola com funcionamento regular era uma escola supletiva". E as razões disso também vêm aí apontadas. É que apesar de todas as dificuldades, que não desconhecemos (e este Congresso não se reúne senão para estudá-las e corrigi-las) o ensino supletivo ainda assim, nessa localidade, apresentava-se como de feição mais funcional, aos habitantes da região, que o ensino destinado às crianças.

Em documentos similares, que atestam que a Campanha tem estimulado o interesse de pais e parentes pela educação das crianças, têm apoio aquele lema: "É ainda, por amor às crianças, que devemos educar os adultos".

Aliás, por outro aspecto, a questão pode e deve ser focalizada. É o da imigração de consideráveis grupos de população que deixam regiões de ensino primário menos difundido, em particular as do Nordeste, em demanda de regiões de trabalho de nível mais alto, as do estado do Sul. Em três trabalhos oferecidos a este Congresso, pelo menos, sei que a questão está documentada na minuciosa e ilustrativa análise apresentada pela Comissão Municipal de Educação de Adultos, da grande cidade de Santos do Estado de S. Paulo, e que sei que foi preparada pelo Professor Agnaldo Dutra; na comunicação sobre o

movimento geral de todo esse Estado, redigida pelo educador e escritor José Camarinha; e numa bem elaborada tese do Prof. Antonio de Veiga Freitas, do Departamento de Educação de Adultos, do Distrito Federal. Em São Paulo, o contingente de alunos de ensino supletivo é constituído de jovens procedentes das regiões nordeste e leste, numa taxa que orça por 70%. No Distrito Federal por taxa ainda maior. Aí está uma demonstração do papel útil da campanha no suprir deficiências de preparação para o trabalho, pois é o teste de trabalho que produz esses jovens à escola.

Em vários estados, em atenção ao ano da campanha, tem-se experimentado com excelentes resultados alguma coisa mais direta, nesse sentido, nos chamados "centros de iniciação profissional". De informações, que já há algum tempo pude compulsar, pareceram-me de especial relevo as realizações do Estado de Pernambuco, resultantes sobretudo dos esforços de uma educadora, cujo nome declino com especial admiração, a senhora Maria Elisa Viegas. Outras, bem sei, em diversos estados também se tem feito.

Mas, ainda que a fase inicial só haja tido como consequência a regressão da taxa geral de analfabetismo no país, e como a depõem os dados estatísticos; ainda assim, valeria a pena o esforço despendido. Valeria porque a aquisição, embora rudimentar da leitura e da escrita, põe ao alcance de cada indivíduo um instrumento útil à adaptação social e ao seu desenvolvimento geral. Não é que, por si só, o domínio da leitura realize milagres. Mas esse domínio quando o ambiente social o esteja solicitando, esse é o caso, força a um maior esforço de aperfeiçoamento individual através da leitura. Essa é, de fato, a situação de várias regiões do país, no atual momento, em que formas mais complexas do trabalho reclamam a leitura; e, com ela, a aquisição de mais variadas informações sobre as atividades profissionais, e sociais, em geral. Esse aspecto pode ser verificado até mesmo pela produção editorial do país, nestes últimos tempos. O livro, até há bem pouco tempo, era entre nós, como nos demais países da mesma formação, um instrumento de prazer e luxo, destinado a uma clientela requintada. Hoje, o livro e o folheto estão se tornando instrumentos de trabalho, como se pode ver pelo florescimento de coleções e de pequenas brochuras sobre técnicas profissionais, inclusive os das zonas rurais. Pode ser apontada como exemplo, a coleção ou "ABC do Agricultor", de conhecida editora. E, nesse sentido, a iniciativa recente do Departamento Nacional de Educação, superiormente dirigido pelo Prof. Heli Menegale, abrindo um grande concurso para a produção de pequenos textos, dos mais variados, para recém-alfabetizados, merece os maiores aplausos.

Mas há, em relação ao efeito da leitura e da escrita, um aspecto de ordem fundamental, que as modernas pesquisas da psicologia têm revelado em vários países, embora nunca tivesse sido considerada para todo o conjunto de um grande país subdesenvolvido. Esse aspecto é o da influência da leitura e da escrita no desenvolvimento mental, em geral, quer nas crianças, quer nos adolescentes. Pois bem, a esse propósito, posso trazer-vos uma revelação. Está em fase final, uma das mais importantes investigações desse gênero já realizadas em todo o mundo, e aqui mesmo, no Brasil, empreendida.

Trata-se de uma pesquisa iniciada, há cerca de quatro anos, sobre a inteligência nacional, levada a cabo por esforços conjuntos do SENAC, do INEP e do IBEC, e ainda com a colaboração de outras entidades. Tal pesquisa estendeu-se a todos os estados, pelo moderno processo de mostragem; abrangeu grandes e pequenas cidades e as zonas rurais; a ambos os sexos; as idades entre 6 e 60 anos; a todas as diferentes profissões, tanto dos pais

como dos examinandos, quando estes trabalharem; e compreendeu enfim, sempre segundo as proporções reveladas pelo recenseamento de 1950, analfabetos e alfabetizados.

Para que isso se tornasse possível, o instrumento de avaliação empregado não poderia ser um teste verbal, ou prova que exigisse leitura e escrita. Mas, sim, um teste à base de desenhos, com indicações também pictóricas, uma das quais deveria ser indicada como solução, com um simples traço de lápis. Para os especialistas em psicologia, que os há também neste auditório, esclareço que o material empregado constou de testes similares aos das "matrizes progressivas". Foram organizadas pelo Dr. Pierre Weill, que até há pouco tempo chefiou os trabalhos de psicologia aplicada do SENAC, e que receberam aferição muito cuidadosa.

Quais os resultados?... Eles serão publicados extensamente dentro em pouco. Posso adiantar-vos, no entanto, que as duas curvas de desenvolvimento obtidas através das idades, de 6 a 60 anos, uma maior alfabetizados e outra para analfabetas, revelaram resultados que demonstram uma enorme diferença, não só quanto ao nível alcançado, com evidente superioridade para os alfabetizados, como ainda quanto à fisionomia das duas curvas.

Em termos gerais, os resultados são os seguintes:

1) As médias, ou normas de idade mental, obtidas nos alfabetizados, situaram-se sempre em valores mais altos que os dos analfabetos;

2) Nos alfabetizados, a curva desenha-se em três fases, claramente definidas: uma elevação constante dos 6 aos 16 anos, com forte acréscimo dos 6 aos 11 anos, e acréscimo relativamente menor até os 16 anos; uma quase estabilização entre os 16 e os 28 anos; e uma lenta diminuição dessa idade, até os 60 anos;

3) A curva dos resultados obtidos com os analfabetos, apresenta, porém, não só uma posição inferior dos valores, como este resultado, muito expressivo: Há uma elevação sensível de valores dos 6 aos 10 anos; mas a curva praticamente aí se estabiliza, até os 25, quando já começa a regressão, até a idade final;

Para os que conheçam pesquisas similares feitas no estrangeiro, tais resultados nada têm de surpreendente. Mas a sua importância, nem por isso deixa de ser melhor.

Da pesquisa, retira-se esta conclusão clara e simples: deixar que permaneçam no analfabetismo, como ainda se viu pelo recenseamento de 1950, metade de toda a nossa gente, significa que perdemos também **metade de bem mais precioso com que um país qualquer pode contar para a sua organização e o seu progresso,** que é o desenvolvimento mental, ou a capacidade de inteligência.

Esses dados, ao serem publicados com a abundante documentação em que se apoiam, deverão fazer pensar aos que, sem maior informação sobre o assunto, afirmam que de pouco ou nada vale alfabetizar adolescentes em relação a casos individuais, assim possa ser afirmado, o mesmo não se poderá dizer em relação a grandes grupos. O ideal, para a normalidade do desenvolvimento mental, será que a aquisição da leitura e da escrita se faça na infância; mas, quando isso não tenha sido possível, por motivos individuais e sociais, ainda na adolescência, tal aquisição corresponde a um bem, e bem inestimável.

Mas a educação de adolescentes e adultos não se deverá limitar a esse aspecto rudimentar, poder-se-á objetar. Mas é claro que não. Claríssimo. E isso se pode dizer tanto que os que se tiverem frequentado escolas primárias na infância, como para os que o façam na adolescência. Bem minguada seria a nossa vida social se ela se tivesse de desenvolver,

entre adultos, com o que os indivíduos tivessem aprendido no curso primário, e, sobretudo, nos tipos de escolas desse nível que possuímos. E, numa época de transição ou de mudança, como a que vivemos, esse argumento assume maior e mais dramática significação.

Meus senhores:

É tempo de concluir. Se bem recordais, comecei esta palestra, dizendo-vos que, há dez anos, ou pouco mais, o Ministério da Educação lançou uma campanha de ensino supletivo, à qual se deu, de caso pensado, o título de Campanha de Educação de Adultos.

Por que "de caso pensado?"... A expressão supõe certa malícia, ou segunda intenção: "De caso pensado", porque o que se desejava alcançar era o importante e essencial, através do urgente e do imediato.

A educação de adultos não se resume em suprir as deficiências, mas também em alargar e aprofundar as oportunidades educacionais naqueles que já não frequentem só escolas. Contudo, onde quer que graves deficiências existam, para saná-las deverá haver prioridade, mesmo por um imperativo constitucional em matéria de educação.

Uma grande dificuldade em tratar de problemas políticos e sociais, diz Paul Valery, é o de confundir-se a noção de ordem de importância dos problemas com a noção de ordem de sua própria urgência, ou sucessão orgânica. Se o Sr. Ministro Clemente Mariani tivesse pretendido, em 1947, criar todo um sistema de educação de adultos no sentido mais extenso do termo, muito possivelmente a iniciativa se teria encerrado com a sua administração. Assentado, porém, que a Campanha devesse compreender um programa a breve-termo, e outro, a longo termo, que encontrasse as suas raízes no primeiro, concorreu decisivamente, parece-me para fazer vingar o conceito da educação de adultos, que não se reduz à recuperação de grupos analfabetos; mas, ainda e também para acentuar a gravidade do analfabetismo como problema social - assunto agora posto a uma nova luz, nos "projetos-piloto" mandados executar, em vários postos do país, pelo eminente Ministro, Prof. Clóvis Salgado.

Sim, a educação de adultos, no seu sentido mais amplo, envolve a eficiência profissional a compreensão da vida econômica; a participação na vida cívica com perfeito senso de responsabilidade; a disposição de melhor cooperar para o progresso da comunidade; e, enfim, com isso através de tudo isso, o desenvolvimento pessoal, para melhor expressão de personalidades livres. Esse é, na verdade, o grande ideal para a formação de todos, numa sociedade democrática.

Para isso, a ação no estudo pode concorrer, já não agora por ação de instituições escolares, mas por ação de serviços de difusão cultural, como as bibliotecas e museus, exposições e concertos, e outras atividades. Não poderá, porém, abranger a todas, mesmo porque muitas delas decorrem do simples direito democrático de associação para fins lícitos e do direito de livre expressão de pensamento.

Conserve-se, neste particular, não de agora, mas desde muito, esplêndidas realizações do gênero têm entre nós existido, e existem.

Grupos e entidades realizam **educação de adultos**, muitas vezes, mesmo que não o saibam, como Jourdain exercitava a prosa...

Associações culturais e regionais; sindicatos, quando bem orientados; clubes dos mais diversos, sejam desportivos, literários, dramáticos, que ensinem a bem conviver; centros de orientação profissional; obras de serviço social; muitas das grandes realizações

do Sesi, do Senai, do Senac e do Sesc; cursos por correspondência, quando idôneos; e até mesmo clínicas de recuperação a doentes de longo estágio em hospitais, e serviços educativos destinados a presidiários - todos desempenham, ou podem desempenhar, tarefa de elevação do homem, aperfeiçoando-o, ou afinal educando-o.

A enumeração desses tipos de entidades que se deva pensar em enquadrá-los em quaisquer planos de controle oficial, ou burocrático. Isso seria tentar reduzir uma esplêndida floração de liberdade, com oposição ao próprio sentido de uma só filosofia na matéria.

No que se poderá pensar, isso sim, e com excelentes resultados como se tem feito em outros países, é criar núcleos de entendimentos, ou livre associação entre eles, com o sentido de maior difusão de suas atividades, auxílio técnico de especialistas, coordenação de programas comuns, o que colateralmente pode e deve fazer o estado, é incentivar, estimular e esclarecer, como aliás em vários domínios já o tem feito.

Considerando essa situação, mas também todo o conjunto de problemas da mudança social, dantes referida, ouso mesmo lembrar, (se é que a ideia ainda aqui não tenha surgido), a criação, por iniciativa deste Congresso, de uma "Associação Brasileira de Educação de Adultos". Seria uma Instituição livre, embora pudesse e devesse manter com o Ministério da Educação as melhores relações de entendimento e cooperação.

Em primeiro lugar, tal associação seria como a prolongação deste Congresso, ou a vibração permanente de seus ideais na pregação e nos estudos técnicos da questão. Seria depois a difusão desses mesmos ideais por todo o país. Lembramo-nos que uma reunião de estudos como este Congresso, importa em grandes despesas, deslocamento de pessoas, cessação de outras atividades, e que, por isso mesmo, não pode ser repetido todos os anos. Entre o primeiro, realizado em 1949, e este, segundo, mediaram nove anos. Pois um dos resultados da Associação poderia ser também a de reuniões regionais, mais amiudadas.

A vantagem essencial seria a de manter unidos, homens e mulheres, educadores de ofício, ou não, para permanente exame das necessidades da educação de adultos, aperfeiçoamento de seus métodos e desenvolvimento de suas múltiplas feições, com instalação delas por muitas entidades que já fazem algo de importante, mas que mais e melhor poderiam fazer, se a consciência pública estivesse mais esclarecida a respeito.

A Associação, é evidente, deveria ser como a que a federação de núcleos regionais, até mesmo locais, a existir em grandes cidades. Será preciso pensar, nas pessoas e grupos de pessoas, espalhados por todo este imenso país, as quais, desejando fazer, nem sempre encontram eco para o seu esforço, e que por isso mesmo, sentem-se desencorajados, por que se sentem sós. A "Associação" lhes estaria dizendo, a cada instante: "Não, não estais sós".

Não importa que a agremiação comece com modéstia, e que, a princípio, a poucos reúna. Mas, ou muito me engano, ou ela se tornará dentro em pouco uma prestigiosa entidade, que poderá, além de desenvolver um programa ativo, obstar a muitas formas de deseducação, ou dissolução da juventude.

Sim, será preciso dizer coisas, como as coisas são. Há as publicações obscenas para adolescentes; há as revistas que desenvolvem verdadeiros cursos de instrução à técnica do crime perfeito e de constante sugestão para a sua prática; há, sob a capa de música popular, a propaganda constante da calaçaria e do cafajestismo, na linguagem, nos ideais, nas

sugestões para o vício, na ridicularização do trabalho profissional honesto, a, até, mesmo, dos sentimentos da família.

Observai que as escolas procuram ensinar crianças e jovens a exercitar-se num pensamento reto; mas forças estranhas ensinam-lhes a agir sob a base de lemas de propaganda, sem lógica nem verdade. As escolas procuram inculcar sentimentos de dever e responsabilidade; mas forças externas ensinam-se que o que convirá fazer é praticar o golpe, obter dinheiro fácil, seja como for. As escolas ensinam a cortesia, baseada na sensibilidade natural do bom gosto; mas naquelas forças dão como natural o atrevimento, a desfaçatez, o desrespeito a tudo e a todos ...

Isto tudo por que? Porque nos falta a educação de adultos, a de adultos analfabetos, e também, a de adultos alfabetizados. Platão tinha razão: será preciso educar a cidade.

Os educadores de adultos, se acaso reunidos numa associação, e ligados às entidades já atrás referidas, poderia ser por si e por meio delas, esclarecer a opinião pública, pelos adultos a elas pertencentes, criando uma consciência de decência e bom-senso contra tais descalabros. "Deixem que os educadores eduquem, pelo amor de Deus" poderá ser o seu clamor nacional.

Os educadores de adultos acreditam, por definição, no valor associativo, na força do exemplo, no poder da organização voluntária para a melhoria do homem, pois que a associação já significa um poderoso instrumento educativo. Por que não tentar, pois, como uma criação deste Congresso, a "Associação Brasileira de Educar Adultos?...

Aí fica, meus Srs., essa simples sugestão, com os meus agradecimentos, muito sinceros, pela oportunidade que aqui me foi concedida, e por vossa atenção, tão generosa.

Congressista que se despede

Forçado a ausentar-se dos trabalhos do plenário, regressando a São Paulo, o congressista Alberto Rovai, por intermédio do Prof. Vicente Peixoto, despede-se através da seguinte carta:

"Prof. Vicente Peixoto

Por motivo de força maior, regresso hoje para São Paulo.

Assim desejaria que o dileto amigo me fizesse a nímia gentileza de apresentar minhas escusas aos ilustres professores Heli Menegale, Armando Hildebrand e Luiz Gonzaga Horta Lisboa os primeiros presidentes e secretário-geral do II Congresso Nacional de Adultos, e o último, diretor do SEA paulista.

Muito grato, subscrevo-me seu afetuosamente"

Alberto Rovai

Guaraná-Caçula no II Congresso

A Cia. Antártica tem emprestado ao desenvolvimento dos trabalhos do Congresso de Educação magnífica colaboração, apreciada vivamente por quantos participam do conclave.

Além de colocar à disposição dos congressistas pessoal habilitado, a direção daquela empresa instalou serviço permanente, no recinto dos trabalhos do Congresso, com

produtos de sua fabricação, destacando-se o "Guaraná-Caçula", distribuído desde o início do certame de educadores.

RESOLUÇÕES DO II CONGRESSO

Relatórios e outros trabalhos aprovados na quarta sessão plenária

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos, na sua 4ª Sessão Plenária, realizada na manhã de ontem, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, aprovou os seguintes relatórios parciais:

Da comissão nº 2 - os programas, métodos e processos de educação.

TEMA 4.2 -0 Plenário aprovou, com emendas, o relatório parcial, sobre o Tema 4.2 do Temário: **técnica de alfabetização de adultos**. Referido relatório parcial foi publicado no Nº 5 do Boletim Informativo.

Emendas Aditivas - Na mesma oportunidade o plenário aprovou as seguintes emendas aditivas ao relatório 4.2, desta Comissão:

1. O II Congresso Nacional de Educação de Adultos recomenda, sem excluir os métodos sintéticos que se intensifique a aplicação dos processos filiados ao método analítico ou global para o ensino da leitura em turmas de adolescentes e adultos.

2. Tendo em vista a reconhecida superioridade técnica dos métodos globais, cuja base científica é superior, o Congresso recomenda sua disseminação em todo o território nacional, ressalvada, contudo, a liberdade didática que deve continuar para atender às peculiaridades próprias dos alunos, professores e outros elementos essenciais à tarefa da alfabetização de adolescentes e adultos.

Proposição

Foi aprovada também a seguinte proposição:

Que o II Congresso Nacional de Educação de Adultos considere de utilidade imediata e prática as seguintes medidas:

1. Que o professorado adote o método mais consentâneo com a natureza psicológica e social do adolescente e adulto analfabetos.

2. Uma vez que as cartilhas e textos didáticos são aprovados pelo MEC, seja permitida a liberdade na escolha das mesmas de acordo com a preferência de cada educador.

3. Que seja obrigatório o uso do quadro negro e do giz - de variadas cores - como material imprescindível no início da aprendizagem da técnica da alfabetização.

4. Que, pelo menos, nunca falte aos educandos, o papel sem pauta, o lápis e a cartilha que constituem o mínimo indispensável como material didático que se lhes deve oferecer.

5. Que a leitura e a escrita se façam concomitantemente, pois que tal procedimento incorpora os melhores princípios da psicologia da aprendizagem.

TEMA 4.4 - O plenário aprovou o relatório parcial desta Comissão, relativo ao Tema 4.4 do Temário: **o livro didático e o material de leitura complementar**, ao que foi acrescentada uma proposição; é o seguinte o teor do referido relatório:

"A Comissão, em cujo 1º relatório apresentou as conclusões do estudo relativo ao Item 4.2, passará, no presente trabalho, a apresentar as conclusões pertinentes ao subtema 4. que trata de **"O livro didático e o material de leitura complementar".**

O presente relato fundamenta-se nas conclusões a que chegaram as subcomissões de estudo, sobre os seguintes trabalhos:

I. Incentivo à criação de jornais escolares, da autoria do Prof. Nessim Haim Antabi, do Distrito Federal.

II. A leitura suplementar na educação de adolescentes e adultos e a revista "Cacique", da autoria das Professoras Ruth Ivoty Torres da Silva e Nancy Mariante, do Rio Grande do Sul.

III. Meu depoimento sobre educação de adultos, de autoria do Prof. Helvio Perorázio Tavares, do Estado do Rio de Janeiro.

Após interessado estudo e debate no plenário da 4ª Comissão, foram as seguintes as conclusões a que chegou o grupo:

1. O material empregado no ensino supletivo é, de modo geral, insuficiente e pouco adequado, muitas vezes tratado de maneira infantil.

2. Há necessidade da utilização dos recursos áudio-visuais na educação de adultos.

3. Impõe-se o incentivo, nos Cursos de Educação de Adolescentes e Adultos, de material suplementar variado, entre o qual citam-se:

a) mais ampla difusão do jornal "Para Todos", da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, do Ministério da Educação e Cultura;

b) criação de jornais de classe, com a participação dos próprios alunos;

c) aceitação, pelo órgão competente da proposta apresentada pela Revista "Cacique", da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, no sentido do aproveitamento da citada publicação, como uma das formas de leitura suplementar, nos Cursos de Educação de Adolescentes e Adultos.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1958.
Ruth Ivoty Torres da Silva, Relator Geral

PROPOSIÇÃO - O plenário aprovou a seguinte proposição aditiva ao Relatório sobre o tema 4.4:

"O II Congresso Nacional de Educação de Adultos recomenda aos governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que observem a conveniência de ser elaborada uma lei que proíba sejam ostentados ao público anúncios, letreiros, legendas, etc., que estejam gramatical e ortograficamente incorretos, sob pena de multa que reverta em benefício do Ensino de Adultos".

Outras Proposições

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos, no Expediente da sua 4ª Sessão Plenária, aprovou mais as seguintes proposições, subscritas por diversos congressistas:

1. Propomos à Mesa se consulte a casa no sentido de que faca constar da ata dos trabalhos do Congresso voto de pesar pelo falecimento dos professores Genésio de Almeida Moura, de S. Paulo, e Aracy Muniz Freire, do Distrito Federal, visto terem constituído ambos, vigorosas expressões da cultura e do idealismo do professorado do Brasil. E que a medida adotada seja comunicada à família dos saudosos educadores.

2. Que, no sentido de favorecer todos aqueles que não saibam ler e escrever, embora exercendo atividades lucrativas de qualquer espécie, e no sentido de propiciar-lhes oportunidade para o aprendizado dessas mesmas técnicas (leitura e escrita),nem sempre possível fora da hora de trabalho (por cansaço ou inexistência de Cursos de Alfabetização próximos às suas moradas), sejam tais indivíduos durante a hora de trabalho dispensados de suas funções para frequentar, no mesmo local ou próximo aquele em que trabalham, os Cursos Supletivos.

Senhores Presidentes e Secretários de comissões de estudo,

A Comissão Organizadora do Congresso, por nosso intermédio, solicita aos Srs. Presidentes e Secretários das Comissões de Estudo que todo o material e documentação relativos aos trabalhos executados, sejam entregues pessoalmente e logo que possível ao Professor Armando Hildebrand, ao Sr. Costa Pinto ou a Professora Maria D'Aloia Jamardo.

Tal material - teses, relatórios, atas das reuniões etc. - terão importância fundamental para a organização do documentário e dos Anais do Congresso, trabalho que será iniciado logo a seguir e constituirá preciosa fonte de estudos e de experiências para os educadores do Brasil.

Programa de hoje

9h00 - No auditório da ABI - 5ª Sessão Plenária.
20h30 - No auditório do Ministério da Educação e Cultura - Sessão Solene de Encerramento

RESOLUÇÕES DO II CONGRESSO

Relatórios e outros trabalhos aprovados na quinta sessão plenária

Na 5ª Sessão Plenária, realizada na tarde de ontem, no Ministério da Educação e cultura, o II Congresso Nacional de Educação de Adultos aprovou os seguintes Relatórios parciais:

Da Comissão nº 2 - educação de adultos, suas finalidades, formas e aspectos sociais.

Tema 2.3 - O Plenário aprovou, com emendas, o Relatório parcial sobre o Tema 2.3 - A educação de base - que é o seguinte:

"Foram examinados pela Comissão os trabalhos apresentados pelos seguintes congressistas: Vespertina Machado, de Pernambuco; Cônego Helio Lessa Souza, de Alagoas; Ruth Ivoty Torres da Silva, do R. G. Sul; Maria José Duailibe Murad, do Maranhão; Anice Gomes Rodrigues Assumpção, do Distrito Federal; Maria José Frutuoso.de Araujo, da Bahia; e Samuel Farjoun, do Distrito Federal. A Comissão aprovou as seguintes conclusões parciais que submete à apreciação do Plenário:

1. que se proporcione orientação aos empregadores por todos os meios possíveis para facilitar a integração da família rural na sociedade;

2. que seja intensificada a educação cooperativista;

3. que sejam facilitadas aos educadores, bolsas de estudos sobre a educação de base;

4. que sejam fornecidos recursos para ampliação dos trabalhos das Missões Rurais atualmente existentes e para a instalação de outras nas áreas que delas necessitem, sobretudo nas regiões subdesenvolvidas do país.

Emenda aditiva - o plenário aprovou, ainda, a seguinte emenda aditiva a esse relatório:

"Que o II Congresso Nacional de Educação de Adultos recomende o estudo da possibilidade de se instituir, no Brasil, o Serviço Social Escolar, a fim de tratar dos educandos desajustados".

Tema 2.4 - O Plenário também aprovou o relatório parcial sobre o Tema 2.4 - A Educação de Adultos, a Organização do Trabalho e a Educação para o Desenvolvimento - com emendas. É o seguinte o Relatório:

"Os trabalhos recebidos e estudados pela Comissão foram os de autoria dos Congressistas Jose Pereira Eboli, de S. Paulo; Adiles Aracy Alves Monteiro, do Pará; Alda Monteiro de Araujo, do Estado do Rio; Ruth Ivoty Torres da Silva, do R. G. Sul; Hugo Muxfeldt, do R. G. Sul; Nadir Guimarães, de Minas Gerais; Eneida Rabelo Alvares de Andrade; Maria Angélica Lacerda de Menezes; Maria de Lourdes de Moraes Coutinho e Portella; Seminário Regional de S. Paulo; Dr. Aziz Simão; Angela Delouche, de Pernambuco, e Dr. Edmundo Mourão Genofre, do Distrito Federal. Foram as seguintes as conclusões parciais aprovadas pela Comissão, ora submetidas ao exame do Plenário:

1. A educação de adultos não se deve fazer como um processo de alfabetização pura e simples, mas, sim, ampliando-se o campo de ação para tal objetivo, de modo que, superado o nível primário, o interesse dos educandos possa ser mantido e aproveitado em outras formas de aprimoramento cultural.

2. Criação de "Universidade de Trabalho, Agroindustriais", com este ou outro nome, nas diferentes regiões geoeconômicas do país, orientadas no sentido de dar organização à formação profissional do trabalhador rural e urbano. Tais universidades não são propostas visando-se organismos de grau superior, mas, sim, de tipo popular, acessíveis a todos os trabalhadores, sem as exigências de curso algum feito, abrangendo cursos elementares de especialização profissional, tanto industrial, como rural, e tendo como finalidade última atenderem, sem demora, às necessidades de mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento econômico do país".

Emenda Aditiva - O Plenário aprovou a seguinte emenda aditiva a esse Relatório:

"O II Congresso Nacional de Educação de Adultos recomenda aos poderes competentes o rigoroso cumprimento do art. 592, item IV, al. e, da Consolidação das Leis Trabalhistas, que determina instalação de escolas de alfabetização com recursos do Imposto Sindical.

TEMA 2.5 - O plenário aprovou sem emenda o relatório parcial da Comissão nº 2, sobre o Tema 2.5 do Temário: A INICIAÇÃO, A FORMAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS, que é o seguinte:

"A Comissão recebeu e analisou os trabalhos dos Congressistas Doralécio Soares, de Santa Catarina; Oswaldo Viana, do Distrito Federal; Nenita Madeiro e Irene Carneiro de Oliveira, de Alagoas; Alzira Augusto de Amorim, do Pará; José Maria Ramos Martins e Odila Leonor G. Soares, do Maranhão; Antonio D'Avila, de São Paulo; Lenine Guiza Lima, do Distrito Federal; José Pereira Eboli, de São Paulo. Rosa Sicuro, do Paraná; Aldo Lafaiete, de Pernambuco; Padre José da Costa Carvalho, de Pernambuco; Iraci Poggi Pôrto Figueiredo, de Pernambuco. Geraldo Magela Costa e Lourival Novaes, de Pernambuco.

Após apreciá-los, debateu intensamente o assunto e aprovou as seguintes conclusões parciais, que a Comissão recomenda ao Plenário:

1. Que se cuide da técnica de aprendizagem profissional, tendo em vista o nível cultural e o interesse dos adultos a serem ensinados.

2. Que se promova a organização de bibliotecas e de bibliografia de literatura especializada, adequada aos objetivos do ensino.

3. Que a Campanha Nacional de Educação de Adultos proceda a um levantamento geral das entidades e organizações públicas, autárquicas, particulares, e sindicais que cuidam da iniciação profissional, não só de tipo industrial, comercial e agrícola, como de cunho artesanal, e promova uma articulação geral de seus planos de trabalho, a fim de, coordenando suas atividades, fornecer-lhes colaboração técnica e financeira.

4. Que se promova a instituição de orientação profissional e educacional que funcionarão em proveito da Educação de Adultos.

Tema 2.9 - O plenário aprovou sem emenda o relatório parcial da Comissão nº 2, sobre o Tema 2.9 - **A educação de adultos e a recuperação de marginais** - que é o seguinte:

"A Comissão apreciou os trabalhos de autoria dos Senhores Congressistas Léa da Silva Rodrigues, do Distrito Federal; Irma Hilda Villela Gomes, do Maranhão; Hilda Maip, do Distrito Federal; **Paulo Freire e equipe**, de Pernambuco; Ester Lourdes Benetti, do Rio Grande do Sul; Acrísio de Menezes Freire, do Rio Grande do Norte; Dirce Celestino do Amaral e Alice Ivanovitz Stadziczny, do Distrito Federal.

Relatados e discutidos na Comissão, foram aprovadas as seguintes conclusões parodiais, que submete à aprovação do Plenário:

1. Que o planejamento de cursos de educação de adultos nas zonas onde haja agrupamento de marginais deve tomar em consideração os aspectos peculiares às mesmas.

2. Que esses cursos não se restrinjam à alfabetização, pois que suas finalidades ultrapassam os objetivos imediatos de ler e escrever.

3. Que os programas visem a formação moral, intelectual, profissional e social dos educandos.

4. Que os programas de educação de adultos incluam também a preparação para a vida familiar tanto do homem quanto da mulher.

5. Que não se pode descurar do desenvolvimento físico do educando.

6. Que se deve dar assistência religiosa ao aluno.

7. Que sejam organizadas associações e instituições efetivamente exercidas pelos alunos.

8. Que os alunos devem participar da elaboração de planos de trabalho.

9. Que haja seleção de professores, os quais não devem ser alheios ao meio.

10. Que os professores e o pessoal administrativo devem estar em constante aperfeiçoamento.

11. Que se organizem centros de estudos entre os professores.

12. Que as Agências sociais locais sejam mobilizadas para o trabalho de educação dos marginais.

13. Que deve existir em cada escola um corpo de técnicos, que operem em equipe, garantindo ao educando bem estar e adaptação social (Equipe médico-social, clínicas de conduta e orientação educacional e profissional).

14. Que o SEA inclua no seu programa de ação atividades de orientação educacional para presidiários.

Proposição

Ao relatório desta Comissão foi apresentada a seguinte proposição, sobre a qual a Mesa decidiu fosse estudada posteriormente:

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos recomenda a necessidade da realização anual de uma "Conferência de Educação de Adultos", para avaliação dos resultados das experiências obtidas no setor exclusivo de Programas, Métodos e Processos para a Educação de Adultos.

Proposições aprovadas durante o expediente da 5ª Sessão Plenária

No Expediente da 5ª Sessão Plenária foram aprovadas as seguintes proposições:

1. Propõem a Mesa Diretora dos Trabalhos do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que seja o Plenário informado do seguinte:

> I - Se há alguma comunicação por parte dos Poderes Públicos sobre a aplicação das recomendações, sugestões e proposições apresentadas no I Congresso;
>
> II - No caso positivo, onde foram aplicados e quais os resultados?
>
> III - no caso negativo, quais as razões da não aplicação?

2. Propõe voto de louvor ao professor Anísio Teixeira e ao professor Clovis Monteiro por sua grande contribuição ao movimento de educação de adultos.

3. Propõe a extensão do voto de louvor indicado na proposição acima aos senhores General Ângelo Mendes de Moraes e Professor Lourenço Filho, também pelo muito que fizeram pelo ensino supletivo.

4. Propõe a Mesa Diretora seja submetida ao plenário o seguinte:

1º da conveniência de ser marcada a data e o local do próximo Congresso;

2º da necessidade de ser o Plenário do próximo Congresso devidamente informado dos resultados advindos da aplicação das recomendações apresentadas no presente Congresso.

5. Propõe voto de louvor a todos os servidores que têm emprestado tanta e tão valiosa colaboração neste certame, como verdadeiros heróis anônimos, asseguradores da boa ordem administrativa, reinante neste conclave.

6. Propõe que seja feita uma divulgação dos objetivos e fundamentos da CEA, junto ao professorado dos cursos diurnos, e que haja maior entrosamento entre diretores de cursos diurnos e cursos noturnos que funcionam no mesmo prédio, visando a obtenção de melhores resultados em ambos os setores.

Requerimento

Foi registrado o requerimento solicitando o envio de Mensagem à Câmara Federal, de apoio ao Projeto-lei nº 3.544, de 25 de novembro de 1957, que estabelece facilidades de horário para os alunos de todos os graus, assegurando-lhes condições para que possam prosseguir e concluir os seus estudos.

Encerramento Solene do Congresso

O II Congresso encerrará, hoje, às 21 horas, no Ministério da Educação, os seus trabalhos. Chegamos, assim, ao fim de grande obra, cuja importância será mais apreciada no futuro, quando começarem a se fazer sentir os benéficos resultados destes dias de trabalho diuturno, insano, cheios de sacrifícios para todos.

Pela primeira vez - e isto é digno de realce - o maior número de educadores foi reunido com o nobre objetivo de estudar, analisar e propor soluções para os problemas que afligem a educação. Certamente que do trabalho conjunto de 1.400 professores muitos benefícios resultarão. E não foi outro o objetivo do Congresso.

Logo mais no MEC ouviremos a palavra de despedida do Ministro Clovis Salgado, que encerrará o certame. Haverá depois as despedidas das novas amizades nascidas no Congresso, das velhas amizades que o Congresso reuniu. Depois, novamente estaremos em nossas labutas quotidianas, com mais ânimo, mais incentivados, mais encorajados, mais certos de estarmos produzindo algo para o progresso da nossa terra, para o sou desenvolvimento, para a sua cultura.

Da Comissão Nº 3 - Educação, Organização e Administração

Tema 3.3 - O Plenário aprovou, com emendas, o relatório parcial, sobre o Tema 3.3 do Temário: O pessoal docente para a educação de adultos. Foi o seguinte o Relatório Parcial acima referido, lido em plenário pelo Relator Lauro de Oliveira Lima:

"Os trabalhos apresentados abordaram, entre outros, três aspectos principais: formação, seleção e orientação de professores.

O assunto mais focalizado é o da **formação do professor para o aluno adulto de nível primário.** É opinião geral dos autores das teses e da comissão, que, para conseguirmos atingir os reais objetivos da educação do adulto, dando-lhe instrução e orientação vital, para sua melhor integração na sociedade em que vive, torna-se imprescindível a formação adequada do professor, pois é ele quem atua diretamente sobre o aluno.

Além desse aspecto, temos o da satisfação das necessidades do aluno adulto. O aluno adulto que se dirige a uma escola, de um modo geral o faz na esperança de adquirir conhecimentos que o auxiliem a melhor resolver os problemas quotidianos. O aluno adulto de nível primário, em sua maioria não procura a escola porque a família o exija ou em busca de um título; ele a procura, como já disse, por que deseja adquirir conhecimentos e, não encontrando na escola satisfação de seus interesses, não raras vezes, a abandona. Assim sendo, temos de entender que somente com um corpo de professores que reúna as condições mínimas - indispensáveis a um bom professor para o aluno adulto, ou seja vocação, informação psicopedagógica especializada e conhecimento da disciplina a ministrar, estaremos habilitados a atingir os reais objetivos da educação de adultos. Sem uma formação especializada, com conhecimento dos choques emocionais, recalques normais e outras reações generalizadas ou especificas da personalidade do aluno adulto de nível primário, torna-se difícil a tarefa do professor e em consequência, difícil se torna atingir o objetivo visado.

Uma vez firmado o ponto de vista da necessidade imprescindível da formação recomendada, precisamos selecionar os candidatos a professores do aluno adulto. Somos de opinião que a seleção do professor deve ser feita com rigor científico, com exame dos aspectos tanto de personalidade como de conhecimentos gerais e específicos de Psicologia e Didática Especial, indispensáveis ao desejado desempenho de suas funções. Naturalmente essa seleção só pode ser feita quando a localidade conta com meios materiais e pessoal especializado para realizá-lo. Na falta de elementos para realização da seleção ideal, convém que a mesma seja feita o mais aproximadamente possível das normas prescritas.

Além desses aspectos, o da formação e seleção do professor, temos outros de igual importância que atuam sobre o pessoal docente, tais como:

a) a assistência técnica ao professor, dando oportunidade de atualização de conhecimentos no que diz respeito às modernas técnicas de ensino e de orientação educacional, bem como de instruí-lo quanto à elaboração de planos gerais de atividades ou especiais, de aula;

b) o fornecimento de meios materiais;

c) a organização do sistema, especificando diretrizes gerais e particulares, atendendo às necessidades e deficiências locais;

d) o registro da atuação do professor, para estímulo aos que se desempenham a contento e esclarecimentos oportunos aos que não tenham atingido o objetivo visado;

e) remuneração condigna ao valor e desempenho das funções do professor de adultos, para possibilitar o recrutamento desejado entre elementos capazes, bem como contribuir para a justa retribuição do seu trabalho:

Da boa organização, meios e pessoal adequado, depende o bom êxito de qualquer empreendimento.

Concluindo, propomos recomendar:

1. Aos órgãos oficiais federais juntamente com os Governos estaduais municipais e instituições particulares:

a) planificar e promover com início imediato, a realização de modo direto e indireto, através do rádio, cinema, imprensa, de cursos intensivos, palestras, conferências, de distribuição de publicações, bem como de indicações bibliográficas, que visem a formação do professor e a atualização de conhecimentos do professor em exercício;

b) especial atenção no que se refere à seleção e remuneração condigna de professores, visando à qualidade daquele que vai contribuir no combate ao analfabetismo no Brasil, à integração do analfabeto e do marginal na sociedade e à conseguinte elevação cultural e social da nossa Pátria;

c) revisar a organização administrativa do ensino do adulto de nível primário, visando ao professor e sua atuação;

d) planificar e promover cursos de qualquer natureza, em caráter de emergência, visando formar ou esclarecer pessoal para orientação do professor de aluno adulto primário;

e) planificar e promover a orientação técnica aos professores da educação de adultos de nível primário;

f) incluir nos cursos de formação pedagógica do professorado primário a Cadeira de Psicologia do Adolescente e do Adulto, bem como a Metodologia Especial de Alfabetização de Adultos.

2. Aos poderes competentes que ao admitirem o professor para adultos, tenham em vista tão somente os seus méritos comprovados e as centenas de adolescentes e adultos que esperançosos aguardam desse professor, a orientação para a solução de seus problemas socioculturais.

Sala das Sessões, da 3ª Comissão, no Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1958.

Emenda Aditiva - Aprovada pelo Plenário do II Congresso Nacional de Educação de Adultos ao relatório apresentado pela Terceira Comissão de Estudos relativamente ao Tema 3.3:

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos recomenda às Faculdades de Filosofia, que incluam, no Curso de Didática estudos referentes aos métodos, processos e técnicas de educação de adolescentes e adultos, visando à preparação específica de pessoal docente e técnico para o ensino supletivo.

Plenário Geral, 15 de Julho de 1958
Seguem-se diversas assinaturas

Emenda Aditiva - igualmente aprovada em plenário e referente ao mesmo Tema 3.3:

O Congresso Nacional de Educação de Adultos, recomenda às autoridades competentes, a criação de Cursos de Métodos e Processos adequados à Educação de Adultos nas Escolas Normais e Institutos de formação de magistério de nível primário.

Sala das Sessões Plenárias, 15 de julho de 1958.
Seguem-se as assinaturas.

Relator Geral da Segunda Comissão

Usando da competência atribuída pelo plenário da Sessão Preparatória às Comissões de Estudo, em caso de necessidade para o bom desenvolvimento dos trabalhos, de convocar novos elementos para completar suas respectivas Mesas, a Segunda Comissão de Estudo - **a educação de adultos, suas finalidades, formas e aspectos sociais** - elegeu o congressista professor Olavo da Silva Virgiliis para relator geral da citada Comissão. O professor Olavo Virgiliis substituiu o congressista Agnelo Correa Viana desde as primeiras reuniões da referida comissão, funcionando, igualmente, em Plenário

Retificação

Noticiando a composição da Mesa diretora do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, Boletim Informativo publicou erradamente o nome do seu 1º Vice-Presidente, como sendo o sr. Manoel Brandão Chaves. Na realidade, o nome do professor Vice-Presidente do conclave é o sr. Professor Emmanuel Brandão Fontes.

Temos, assim, a bem da verdade, o prazer de consignar a presente consignação, apresentando as nossas desculpas a uma das figuras distintas deste Congresso.

Aos Serviços de Educação de Adultos

A Campanha de Educação de Adultos do MEC oferece a cada um dos Serviços Estaduais de Educação de Adultos, por intermédio de seus chefes, 2 projetores. Os mesmos poderão ser retirados, hoje, depois das 15 horas, no setor de administração da Campanha.